



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
COMITÊ GESTOR REGIONAL DO SIGEP**

ATA DE REUNIÃO – SIGEP Nº: 12

Tema(s): Projeto SIGEP

Local: SETIC

Data: 10/06/2019

Relator: Claudia Jorge

Envolvidos

Participantes	Setor	Assinatura
Tarcísio Filgueiras	DG - Diretoria-Geral	
Claudia Cristina Ferreira Jorge	CPE - Coordenadoria de Projetos Especiais	
Leonardo Rodrigues Barreto	SETIC - Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas	
Rogério Salustiano	SETIC - Seção de Desenvolvimento de Sistemas Administrativos	
Márcio Pinto	SGE - Secretaria de Gestão Estratégica	
Ana Cláudia Accioly Lins	CAP - Coordenadoria Administrativa de Pessoas	
Antonio Barata	CDP - Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas	
Ivana Cléa Gusmão de Oliveira	Escola Judicial	
André Luiz Brito de Araújo	Coordenadoria de Saúde	
Maurício Batista	COPAG - Coordenadoria de Pagamento	

Objetivo

Acompanhamento das ações de implantação do SIGEP e FolhaWEB

Assuntos Tratados

Claudia iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e apresentou os pontos previstos na pauta.

1. Pendências da reunião anterior

a) Verificar qual rubrica deve ser atribuída para desconto do plano de saúde, considerando o eSocial. Maurício informou que manteve contato com alguns regionais que possuem plano de saúde de autogestão, porém não conseguiu resposta para o questionamento.

Considerando a previsão de publicação de novo manual do eSocial e da realização de encontro nacional em agosto, foi deliberado que o assunto será tratado após estes eventos.

b) Elaborar proposta para atualização do ato do TRT5 que trata de concessão de licença médica. Dr. André informou que a proposta de minuta está em fase final de elaboração. Destacou a complexidade, uma vez que o documento atual regulamenta toda atuação do serviço de Saúde.

c) Elaborar relatório com servidores que possuem mais de uma matrícula. Ana Cláudia esclareceu que a demanda era relacionada às licenças médicas das matrículas antigas que não foram migradas para matrícula nova. Rogério informou que gerará o relatório solicitado.

d) Levantar informações sobre o cadastro da lei de criação de cargos.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
COMITÊ GESTOR REGIONAL DO SIGEP**

Ana Claudia informou que encaminhou e-mails e mensagens para o TRT2 solicitando esclarecimentos sobre o cadastro da lei de criação de cargos. Atualmente uma lista de leis é apresentada, inclusive não vigentes, o que dificulta o processo de cadastro. Como ainda persistem dúvidas, Claudia solicitou que as pendências sejam registradas no redmine. Caso o assunto não seja esclarecido, Claudia sugeriu o envio de ofício para o Comitê Gestor Nacional.

e) Atualizar as informações sobre estagiários no ambiente de homologação.

Considerando os novos critérios para priorização das ações, esta atividade foi adiada.

f) Realizar reunião para tratar do afastamento decorrente do registro “aguardando junta médica”.

Claudia informou que foi realizada reunião com a Coordenadoria de Saúde. Na oportunidade, foi deliberado que um novo procedimento para acompanhamento dos afastamentos pelo gestor será implantado quando o SIGS for colocado em produção.

Sobre as ocorrências em que consta o registro “aguardando junta médica” e que não foram convertidas em falta justificada, Ana Claudia informou que a maioria dos servidores não faz mais parte do quadro do Tribunal. As informações estão sendo consolidadas no PROAD e serão encaminhadas para análise da Presidência.

g) Elaborar relação das pendências com indicação de prioridades.

Claudia informou que foram realizadas duas reuniões com a SETIC, COPAG e CAP, quando foram identificadas as pendências do projeto e definido o critério para priorização. Será agendada nova reunião para revisão das prioridades.

h) Definir consultoria sobre EJUD com o Pleno e o TRT24.

Barata informou que o treinamento do sistema EJUD será realizado nos dias 15 e 16 de julho, no TRT5.

i) Liberar o módulo de avaliação de desempenho integrado ao SIGEP para homologação.

Leonardo informou que o módulo foi liberado para homologação.

j) Criar solução para que as informações sobre férias, atualizadas na intranet, sejam cadastradas no SIGEP.

Leonardo informou que a integração foi realizada

k) Criar solução para que as informações sobre frequência, atualizadas na intranet, sejam cadastradas no SIGEP.

Rogério fez um levantamento da quantidade de alterações na frequência, registradas na intranet:

- Janeiro/2019 – 0;
- Fevereiro/2019 – 0;
- Março/2019 – 1;
- Abril/2019 – 3;
- Maio/2019 – 1.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
COMITÊ GESTOR REGIONAL DO SIGEP**

Considerando que o volume é irrisório, foi avaliado que não será necessária a criação de rotina para atualização do ambiente de homologação.

2. Ações para deliberação do Comitê

a) Progressão funcional

Ana Cláudia sugeriu que o processo para alcance da progressão seja revisto no TRT5. Atualmente a carga horária referente à participação em eventos de capacitação, exigida do servidor passível de promoção, pode ser cumprida depois da data prevista para a promoção, o que dificulta a gestão. Neste sentido, Ana Cláudia agendou reunião no dia 18/06 com Carina e Gabriela para tratar do tema.

Claudia informou que foi realizada reunião na CDP para discutir medidas para garantir que as avaliações de desempenho sejam feitas no prazo, visto que seu atraso impacta no processo do cadastro da progressão e, com a implantação do e-Social, poderá gerar multas para o TRT5. Na oportunidade, foi deliberado que Gal trataria com a Presidência sobre a aplicação de penalidades para os avaliadores que não cumprirem os prazos.

Tarcísio consultou sobre a possibilidade de aplicação da solução de bloqueio da rede, semelhante à adotada para a frequência. Claudia e Rogério esclareceram que este assunto foi tratado na reunião, porém foi avaliado que não é a melhor forma de impelir os avaliadores, além do fato de que o rol de servidores e magistrados com pendências é bem maior, o que poderia impactar no trabalho das unidades judiciárias e administrativas.

Barata informou que foi proposta alteração da resolução administrativa do TRT5 para restringir as avaliações de desempenho apenas para servidores passíveis de movimentação e em estágio probatório.

Ana Cláudia consultou sobre a avaliação tácita, uma vez que esta solução é adotada em outros regionais.

Considerando possíveis restrições, foi deliberado que Barata deverá analisar a norma legal e consultar outros regionais para propor solução que considere a automatização do processo, de forma a reduzir os impactos da falha procedimental.

b) Exclusão de dependentes sem motivo de dependência

Ana Cláudia informou que está executando a exclusão dos dependentes que não possuem motivo da dependência cadastrado, dando ciências às partes.

Considerando as reuniões realizadas com André da SAPS, destacou que as exclusões realizadas no Sistema RH não repercutem no cadastro do plano de saúde.

Claudia pontuou que durante a visita realizada ao TRT3 foi informada da necessidade de manter no SIGEP as informações sobre os dependentes de plano de saúde, mesmo aqueles que não atendem aos critérios de dependência para o Tribunal. Ana Cláudia avaliou que este cadastro não precisaria ser mantido.

Ao final foi deliberado que Claudia fará nova consulta ao suporte do SIGEP, considerando os requisitos do eSocial e EFD-Reinf.

c) Substituição

Sobre a alteração da data do pagamento da substituição para o mês subsequente, Maurício solicitou que seja implementada de imediato no sistema atual, uma vez que atende ao disposto na resolução CSJT 165/2016.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
COMITÊ GESTOR REGIONAL DO SIGEP**

Rogério consultou sobre a autorização para realizar a alteração. Claudia tratará com Gal e com a Presidência sobre o tema.

Quanto à normatização da substituição automática, Ana Cláudia informou que está revisando a minuta. Após encaminhará para análise da SGP.

3. Informes nacionais

Claudia informou que em contato com Rômulo do TRT2, obteve os seguintes esclarecimentos:

- Auditoria

Foi realizada auditoria no TRT2 para avaliar a governança do SIGEP. Os auditores buscaram informações sobre as funcionalidades do sistema, manuais, estrutura de suporte, controle do versionamento, entre outras.

- FolhaWeb

- 5(cinco) tribunais estão executando a folha de pagamento em produção: 24ª, 11ª, 20ª, 2ª e 7ª;
- Será realizada de 15 a 19 de julho a 2ª força tarefa para implementação de melhorias no FolhaWeb;
- Uma nova versão está prevista para agosto, incluindo todos os relatórios.

- Portal SIGEP

Previsão para a próxima semana ser liberado para homologação. O atraso foi decorrente da priorização dada a implantação do FolhaWeb no regional.

- Suporte nacional – Foi criada uma coordenadoria com 14 pessoas, distribuídas em 2 seções:

- Homologação, melhorias, cadastro e controle de redmines;
- Suporte aos Tribunais.

A estrutura local era composta por 4 servidores dedicados exclusivamente ao sistema SIGEP.

- eSocial

- O cronograma atual está mantido, isto é, em janeiro de 2020 deverão ser encaminhados os eventos de tabela;
- Previsão de publicação do novo manual em junho;
- Encontro nacional sobre o eSocial previsto para agosto em São Paulo.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
COMITÊ GESTOR REGIONAL DO SIGEP**

4. Cronograma de implantação no TRT5

Claudia sugeriu que a partir de 03/08 seja criado o ambiente de produção do SIGEP.

A estratégia considera que, até esta data, as seguintes ações serão implementadas:

- Os problemas detectados no processo de homologação serão tratados pela SETIC;
- O ambiente de desenvolvimento será atualizado diariamente e o de homologação mensalmente, considerando os ajustes realizados.
- Será garantido o cadastro de informações sob responsabilidade da Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas (CDP), Seção de atendimento a magistrados (SAM), Pleno, Coordenadoria de Saúde e da área de benefícios;
- Será criada rotina para que as informações sobre férias e frequência sejam migradas para o ambiente de homologação e, posteriormente, para o ambiente de produção, até que o Portal SIGEP esteja operacional.

A implantação do Folha Web em produção está prevista para setembro.

Claudia esclareceu que a criação de um ambiente de produção ainda não prescinde da manutenção do Sistema RH. Sinaliza que as informações ali publicadas não serão mais atualizadas por nova migração.

Quanto ao módulo de capacitação, considerando que o sistema EJUD ainda não está integrado ao SIGEP, Claudia solicitou que a CDP e a Escola Judicial realizem a validação dos dados migrados no mês de junho e, a partir de 01 de julho, iniciem a digitação das ações de capacitação nos dois sistemas: RH e SIGEP.

Barata agendará reunião com os representantes da Escola Judicial para alinhamento sobre estas tarefas.

Quanto ao módulo de designação de magistrados, Rogério informou que existe um critério adotado pelo TRT5 que difere das regras do SIGEP: a possibilidade da lotação do juiz em mais de uma unidade. Por conta disto, o sistema não permite acesso ao ambiente, o que tem impossibilitado a execução das atividades de validação da migração e homologação.

Claudia sugeriu que os registros referentes a estes magistrados sejam excluídos, de forma a permitir o acesso ao módulo. Quanto à solução definitiva, será tratada em reunião a ser realizada com a Secretaria de Organização e Métodos(SOM), SETIC e Seção de atendimento a magistrados (SAM).

5. Critério para priorização das ações

Considerando que são muitas as demandas encaminhadas para a SETIC e para análise das áreas de negócio, Claudia sugeriu os seguintes critérios de priorização para o tratamento das pendências:

- Prioridade 1 – A pendência afeta FolhaWEB;
- Prioridade 2 – A pendência afeta eSocial;



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
COMITÊ GESTOR REGIONAL DO SIGEP**

- Prioridade 3 – A pendência impede a descontinuidade da digitação em paralelo, mas não afeta FolhaWEB;
- Prioridade 99 – Pendência a ser tratada no futuro.

Os critérios foram aprovados.

5. Processos de trabalho relevantes a serem revisados

Claudia listou os principais processos de trabalho a serem revisados por conta da implantação do Sigep e eSocial.

- Licença médica – revisão em andamento pela SOM;
- Provimento de servidor/magistrado – revisão em andamento pela SOM;
- Designação de magistrados – revisão em andamento pela SOM;
- Movimentação de servidor/magistrado
- Redistribuição de servidor;
- Vacância;
- Aposentadoria;
- Adicional de qualificação;
- Diárias.

Destacou que a Secretaria de Organização e Métodos inciou a revisão de alguns processos, porém, para melhor controle, formalizará a demanda através de PROAD.



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
COMITÊ GESTOR REGIONAL DO SIGEP**

PENDÊNCIAS:

Descrição	Responsável	Prazo
Apresentar proposta para avaliação de desempenho, considerando as normas vigentes e consulta aos regionais.	Barata	Próxima reunião
Consultar suporte nacional sobre necessidade de manutenção dos dependentes de plano de saúde no SIGEP.	Claudia	Próxima reunião
Tratar com Gal e Presidência sobre alteração da data do pagamento da substituição para o mês subsequente	Claudia	14/06
Encaminhar proposta de normatização da substituição automática para a SGP.	Ana Cláudia	Próxima reunião
Encaminhar para a Presidência a relação dos servidores que possuem licença decorrente do registro "aguardando junta médica" que não foram convertidas em falta justificada.	Ana Cláudia	Próxima reunião
Agendar reunião com a Escola Judicial para tratar da homologação do módulo Capacitação do SIGEP.	Barata	14/06
Realizar alteração para liberar o módulo de designação de magistrados para homologação.	Rogério	14/06
Agendar reunião com SAM, SETIC, SOM para tratar da homologação do módulo de Designação de magistrados e solução para lotação de magistrado.	Claudia	14/06
Formalizar demanda por revisão dos processos de trabalho.	Claudia	14/06